



www.ans.pt



## 99º PRESIDÍUM DA EUROMIL BERLIM, 17-18 ABRIL 2009

### RELATÓRIO DO DELEGADO ANS

Check-in às 5 da manhã de 16 de Abril, no Aeroporto da Portela, num voo da Lufthansa para Berlim, com escala em Munique, na companhia do nosso Presidente da Direcção, e membro do Board da EUROMIL, Lima Coelho.

Chegada a Berlim cerca das 13h, hora local.

Reunião do Board da EUROMIL às 17h, recepção de boas vindas às 20h.

No dia 17 às 09h00 iniciou-se o Presidium.

A intervenção de abertura foi feita pelo Presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob.



De seguida intervieram os convidados de honra do evento:

-Secretário de Estado da Defesa da Alemanha,  
Christian Schmidt



-Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa da Alemanha,  
Reinhold Robbe



-Presidente da Direcção da DBwV, Associação das Forças Armadas Alemãs (associação que acolheu o Presidium)  
Tenente-Coronel Ulrich Kirsch





De seguida aprovou-se a Ordem de Trabalhos do Presidium, e o relatório do último Congresso.

O Secretário Geral apresentou o seu relatório de actividades.

O tesoureiro da EUROMIL apresentou também o seu relatório, documentando uma situação financeira estável, reforçando mesmo alguns Fundos de Reserva, e continuando a investir nos programas de formação associativa, à semelhança do realizado no passado Novembro, que contou com três membros da ANS.

Ainda antes de almoço foi dado espaço para os relatórios Nacionais, tendo sido aproveitado o ensejo para a apresentação formal de duas associações novas, que a seu tempo pretendem vir a fazer parte da EUROMIL: uma da Grécia, que integra pessoal no activo, de todas as categorias; e outra de Chipre, também de pessoal no activo, de todas as categorias.

Pelas 14h retomaram-se os trabalhos com um Workshop sobre regras comuns de participação em Missões Internacionais comuns (Rules of Engagement & Canveats).

Os Países participantes em Missões multi-nacionais impõem, normalmente, às suas Forças no terreno, regras próprias, e diferentes das outras Forças presentes.

Isto origina situações díspares que prejudicam a eficácia da Missão, como estes exemplos apresentados:

- O País A está responsável pela reconstrução de pontes, estradas e pontos estratégicos de uma determinada província, mas como as suas Forças têm ordens do seu País para não pernoitarem fora do aquartelamento, nunca se conseguem afastar mais de 80 Km do mesmo.
- O País B, aquartelado a bastantes quilómetros da cidade mais perto, proíbe os seus militares de serem portadores de armas pessoais, quando em trânsito de e para a cidade, numa zona de alto risco, ao contrário do que sucede com Forças de outros Países presentes, sujeitando assim os seus militares a um nível elevado de perigo.
- O País C está encarregue das evacuações sanitárias aéreas numa zona, mas só assegura as mesmas num raio de 10Km.

Estes e outros exemplos justificam o que defende a EUROMIL: as restrições operacionais numa Missão Multi-Nacional devem ser comuns, e as regras Nacionais reduzidas ao mínimo.

Foram convidados a contribuir para esta discussão um painel de especialistas constituído por (da esquerda para a direita)

Tenente-Coronel Andreas Henne, Oficial de Segurança e Defesa do Grupo Parlamentar CDU/CSU da Holanda.

Major-General Christian Houdet, Secretário-geral do Conseil Supérieur de la Réserve Militaire (França) ex-Comandante da missão MONUC, das Nações Unidas, no Congo.

Gert-Jan van Hegelson, advogado, representante do Secretariado Geral do Conselho da União Europeia, ex-responsável pelo Departamento de Assuntos Legais do Ministério da Defesa da Holanda.

Ioan Pascu, membro do Parlamento Europeu, responsável pelo Comité de Negócios Estrangeiros, e ex Ministro da Defesa da Roménia.

Diego Ruiz Palmer, Chefe de Planeamento da Divisão de Operações da NATO.



O debate foi moderado por Flemming Vinther, Presidente da Direcção da HKKF (Dinamarca) e membro do Board da EUROMIL.

Infelizmente as participações dos membros do painel, foram menos no sentido de procurar soluções para o problema, e mais no sentido, tão familiar para nós Portugueses, de, os militares se desculparem com os políticos, e dos políticos se desculparem com os militares; surgindo mesmo opiniões adversas ao estabelecimento de regras de empenhamento comuns.

Nas participações dos membros do Presidium presentes, foram vincadas as posições da EUROMIL, de preocupação pelo "cidadão em uniforme" empregue numa Missão Internacional que pretende restaurar Direitos e Liberdades em País alheio, mas que depois se vê tratado como um meio para atingir um fim. Citando o Coronel Bernhard Gertz, Vice-Presidente da EUROMIL: "como pode alguém que não vivencia os Direitos e Liberdades mais básicos e essenciais, dispôr-se a morrer por eles?"

Saiu reforçada, neste workshop, a ideia que ainda há muito trabalho a fazer, a nível Nacional e Europeu, em relação à mudança de mentalidades e opiniões sobre as Forças Armadas e os seus Militares.

Final do primeiro dia.

No segundo dia, pelas 9h retomámos os trabalhos.

Desta vez pretendia-se debater se a EUROMIL deveria, no futuro, associar-se à ETUC (Confederação Europeia de Sindicatos) de que são membros, em Portugal a UGT e a CGTP.

Não se pretendia tomar nenhuma decisão de imediato, apenas conhecer melhor esta entidade, e analisar possíveis prós e contras. Assim, contámos com a participação do Secretário Geral da EUROCCP, congénere da EUROMIL mas das forças de segurança, que aderiu à ETUC há algum tempo, e que veio assim partilhar a sua experiência.

Dos pontos positivos apontados ressaltaram:

- Uma muito maior capacidade de *lobby* junto das instituições Europeias. Mais de 4000 organizações exercem pressão de vários tipos junto destas, e a ETUC representa mais de 60 milhões de trabalhadores, sendo por isso um "cartão de visita" de peso.
- Acesso a uma quantidade enorme de informação a nível Europeu, sobre desenvolvimentos sociais e económicos.
- Possibilidade de formação de quadros associativos (como no curso sobre Desenvolvimento Associativo, realizado pela EUROMIL em parceria com a ETUC, em que participaram membros da ANS e AOFA).

- A ETUC é acreditada e reconhecida como parceiro social pela União Europeia, pelo Conselho da Europa e pela EFTA.
- A não obrigação de qualquer filiação dos membros a nível nacional.

Como possível desvantagem foi apontado:

- O aumento da carga de trabalho administrativa, em assimilação de informação e participação em reuniões.

Foi também referido que a escolha de abdicar do direito à greve, por parte dos membros da EUROCOP é bem aceite pela ETUC, assim como o facto de a missão das forças de segurança por vezes ser no sentido oposto do exercício dos direitos e liberdades relacionados com a reivindicação laboral.

Após a intervenção da EUROCOP, foi reafirmado que este debate interno iria continuar, e foi também reafirmado que nenhuma das associações ou sindicatos membros da EUROMIL exerce, ou pretende exercer, o direito à greve, no caso Dinamarquês, por exemplo, a Lei permite-o, mas são os próprios sindicatos militares a prescindirem deste mecanismo.

De seguida passou-se ao segundo Workshop, cujo mote era: "Como podem os Direitos Humanos Internacionais serem utilizados para fazer avançar o direito de associação dos Militares?"

Os oradores convidados foram:

-Prof. Dr. Pommerin, Professor de História Moderna na Universidade de Dresden; Presidente do Conselho Consultivo de Liderança e Educação Cívica do Ministério da Defesa Alemão. (à esquerda)

- Prof. Ian Leigh, do Centro de Direitos Humanos da Univesidade de Durham (UK); co-autor do livro "Manual dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais do Pessoal da Forças Armadas".(à direita)



O Workshop foi moderado pelo Coronel Bernhard Gertz, Vice-Presidente da EUROMIL. (ao centro)

A apresentação dos oradores centrou-se no conceito de cidadão em uniforme, empregue em Missões Internacionais de manutenção e melhoria das Liberdades e Direitos Humanos das populações locais, mas que depois, no seu próprio País, não consegue usufruir das mesmas, porque o Governo do seu País lhas sonega (perdoem a nota pessoal, mas isto faz lembrar qualquer coisa, não?).

O debate que se seguiu manteve essa linha, com variados exemplos, e falou-se também no facto de estar para lá de gasto o argumento de que a existência de associativismo ou sindicalismo militar podem por em perigo a coesão e a disciplina nas Forças Armadas (também soa familiar, não?).

Só teme o associativismo socioprofissional militar quem está muito mal informado sobre os objectivos a que se propõe.

Só teme o associativismo socioprofissional militar quem teme que as Forças Armadas cumpram a sua missão jurada: cumprir e fazer cumprir as Leis.

Só teme o associativismo socioprofissional militar quem quer usar as Forças Armadas como trampolim de uma diplomacia de marketing duvidoso, utilizando depois a repressão para resolver vozes que se manifestem contra os problemas que surgem.

Só teme o associativismo socioprofissional militar quem é mentalmente contemporâneo da Idade Média, como quem pretende impor um RDM às Forças Armadas Portuguesas do séc. XXI, muito mais perigoso e pernicioso do que o existente em 1934.

Finalizado o Workshop, o Presidente da EUROMIL fez o discurso de encerramento, marcando o próximo Presidium para Bruxelas, de 14 a 17 de Novembro de 2009.

Paulo Contreiras  
Secretário da Direcção da ANS  
Delegado da ANS ao Presidium de Berlim